

Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro

Antônio Rafael

Quando nenhuma língua conhecida está à nossa disposição,
é preciso que a gente se resolva a *roubar uma linguagem* –
como se roubava, outrora, um pão.

(Barthes, [197-?]: 178; grifo do autor)

O assunto que pretendo abordar dá prosseguimento a uma pesquisa efetuada anteriormente, cujo tema era o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, em especial aquele que se implementa no interior das favelas cariocas, e que resultou no livro *Um abraço para todos os amigos* (Rafael, 1998). O título deste trabalho – retirado da letra de um rap – resume seu tema central: trata-se das alianças entre os grupos que dominam o tráfico de drogas de dentro das favelas e/ou prisões. Tratava-se naquele momento de reconhecer uma “positividade” para o tráfico de drogas; evitando, assim, as abordagens correntes que tomavam o fenômeno puramente como matéria penal ou como digno de uma leitura sociológica com ênfase em seus aspectos agonísticos. Neste caso, assinalar uma positividade para o tráfico de drogas era apontar a “amizade” como elemento fundamental de sua dinâmica – as guerras entre quadrilhas sustentavam-se através dessas alianças, assim como a distribuição das áreas de atuação, o fornecimento de drogas e armas e o deslocamento dos homens. O que posso resumir, de forma bastante simplificada, da seguinte maneira: *as hierarquias acionadas quando do funcionamento do tráfico nas favelas dependem das alianças laterais de seus membros*, em especial daqueles que ocupam

posições de chefia (estando presos ou não); e, a partir destas alianças, todo um diagrama de poder recobre a cidade na disputa pelos pontos de venda mais lucrativos.

Todavia, naquele momento, não pude dar conta de como essas conexões se efetuavam, de como essas linhas que ligam uma favela à outra da cidade, ou às prisões, atravessavam os grupos e os faziam se partir a todo instante, gerando simultaneamente novas conexões e “filiações”; em suma, o que possibilitava ao “movimento” (nome pelo qual o tráfico é conhecido no interior das favelas cariocas) o seu movimento, a sua dinâmica segmentar. Se nesta ocasião não pude fazê-lo, restando-me apenas apontar a existência deste aspecto do fenômeno, agora é o que pretendo desenvolver aqui.

Início com uma indagação: em que medida é possível falar em crime organizado? O que em determinada ação ou acontecimento (dito criminoso) aciona este tipo de percepção e toda a discursividade que lhe é acessória?

São três as assertivas que permitem basicamente caracterizar o crime organizado. E que se constituem, como todo e qualquer crime – “organizado” ou não –, na aproximação com uma imagem unitarista do aparelho de Estado. Mas, no caso do tráfico de drogas, tudo se explica através de um paralelismo, acoplamento e/ou de um atravessamento indevido ao aparelho de Estado. Na primeira hipótese, o tráfico toma o Estado como um contraponto às suas ações; imita o Estado e com ele concorre (Blok, 1974: 5-6; Hobsbawm, 1976: 92). “Poder paralelo” – o reconhecimento do crime organizado somente se concretiza na medida em que seja possível traçar analogias entre algum tipo de atividade criminosa e os modos de funcionamento do Estado: comando político centralizado, quadro hierárquico definido, controle territorial etc. Presumindo assim que só há crime organizado na medida em que seja possível identificar a “organização” – eis a dimensão que o tráfico comporta (que lhe é atribuída) além da participação de homens públicos em suas redes. E este é o segundo ponto: o tráfico enlaça o Estado através de alguns operadores – deputados, juízes, policiais, carcereiros (a CPI do narcotráfico de algum modo procurou dar conta deste entrelaçamento ou destas conexões). O que o permite, por fim, atravessar o Estado, suas fronteiras e seus controles e posicionar-se no ecúmeno. Qualquer atividade criminosa tomada como “crime organizado” comporta esse atributo – o seu pertencimento, ainda que potencial, a uma rede ou organização mundial que transpassa os Estados nacionais.

Todavia, devemos perceber que através destes enunciados já se trata de oferecer alguma consistência ao Estado, na forma de afirmação de sua soberania – “que só reina sobre aquilo que é capaz de *interiorizar*” (Deleuze, Guattari,

1995-7, vol. 5: 23, grifo meu), na forma de captura do que se lhe apresenta como exterioridade: organizações comerciais, formações religiosas, bandos, minorias, etc. Já se trata de compor uma imagem do Estado como um todo indiviso, reservando os processos segmentares para as sociedades acéfalas ou sem-Estado; já se trata de dizer que se há corpos no Estado, se há corporações, não há atritos ou dissonâncias entre eles (o “desvio” de um ou outro funcionário ou corpo funcional não é relevante, é apenas algo a ser extirpado ou posto nos eixos).

Mas, quem sabe, seja possível levar nossas indagações um pouco mais adiante. Partindo da assertiva de que as atualizações segmentares, onde quer que se efetuem, não podem ser dissociadas de uma lógica do encobrimento e da apresentação (Herzfeld, 1992: 66), a apropriação de uma imagem unitarista do aparelho de Estado – que reserva a segmentaridade para as sociedades acéfalas ou sem-Estado – resulta em duas percepções opostas do tráfico de drogas, ainda que complementares: ou se trata de atividades pulverizadas levadas a cabo por pequenos grupos ou indivíduos movidos pelos seus interesses imediatos, ou já se trata de “cartéis”, “máfias” ou “comandos”. De um lado, o “mundo do crime” (Ramalho, 1979) é visto como um conjunto de partículas que se chocam intermitentemente nas margens da sociedade (para usar uma metáfora física, a despeito dos riscos embutidos neste procedimento), do outro, uma estrutura piramidal, que tem o seu movimento e seus abalos, mas também o seu peso – os encadeamentos entre as “máfias”, assim como as lutas concorrenciais pelos mercados mais lucrativos, seguem o ritmo das grandes corporações. Tanto num caso como no outro, desaparece a dimensão segmentar que é pertinente ao fenômeno do tráfico de drogas.

De maneira geral, ainda não retiramos todas as conseqüências possíveis para a análise sociológica de uma afirmativa como a enunciada por Deleuze e Guattari: “Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções” (1995-7: vol. 3: 83). É nesta direção que gostaria de propor aqui uma série de considerações dirigidas para o material empírico que fundamenta esta reflexão – o tráfico de drogas tal como se exerce no interior das favelas cariocas - fazendo uso, concomitantemente, do instrumental fornecido pela antropologia (penso em particular nessa especialização da investigação antropológica que responde por “antropologia política”).

* * *

O que ficou conhecido em antropologia como “teoria da descendência” ou “teoria da linhagem”, nomeia um conjunto de iniciativas teóricas que gravitam em torno do Estado, mesmo na sua ausência (ou, talvez fosse melhor dizer, a partir do reconhecimento de sua falta). E de onde, de maneira explícita, surge o debate acerca das sociedades segmentares.

Tal modelo teórico evoca, ao mesmo tempo em que ultrapassa, os modelos anteriores que amoldam as relações entre o campo político e o parentesco. Aqui, em especial, refiro-me às formulações de Morgan (1877) e de Maine (1861), que buscam, cada um ao seu modo, distinguir entre sociedades fundadas sobre a organização do parentesco e aquelas baseadas sobre relações territoriais. Assim procedendo, essas interpretações afirmam o critério territorial como atributo principal do que quer seja tomado enquanto político, conduzindo a antropologia a privar da dimensão política de um vasto conjunto de sociedades. Precedida por uma série de tratados intermediários (não cabe aqui explicitá-los; um bom inventário pode ser encontrado em Kuper [1982; 1988]), a grande “revolução” antropológica, no que se refere a este campo, se dá nos anos 30 e 40 com as pesquisas conduzidas pelos antropólogos britânicos no continente africano. A mudança de abordagem é significativa: confere-se estatuto político àquelas sociedades que antes se viam excluídas dele. A ausência de instituições especializadas não deve conduzir à refutação de um sistema político que opere no interior de tais sociedades. O que equivale a deslocar a questão do poder da esfera tradicionalmente atribuída a ele: o Estado. Redutíveis a dois tipos, a distinção passa a ser efetuada entre “sociedades estatais” e “sociedades sem Estado” ou segmentares, onde, basicamente, os Estados centralizados assentam-se sobre instituições administrativas e judiciárias e as sociedades sem Estado baseiam-se, por sua vez, sobre o sistema de linhagens.

Não cabe aqui explicitar as características do modelo. Apenas devemos ressaltar que, uma vez constituído, ele funciona como um elemento nodal num campo discursivo. Alianças, filiações, dissensos; métodos e temáticas; esquemas de classificação e termos de comparação - tudo parte e retorna a ele. É o caso dos esforços efetuados no sentido de distender sua aplicabilidade, seja através das tentativas em alargar o esquema classificatório que introduz tais sistemas (Middleton, Tait, 1958: 1-31), seja através da expansão do material empírico para além do domínio africano (Fried, 1957); ou mesmo dos debates em torno da possibilidade de erigir tipologias que conduzam a generalizações mais consistentes (Southall, 1965).

No reverso da moeda, as críticas proliferam. E as censuras vão bem mais além do que a tendência em produzir modelos taxonômicos. Iniciando

com a inadequação de seu emprego em áreas etnográficas distantes do continente africano (Barnes, 1962), as recusas ao modelo se distribuem em várias direções: como exemplo, cito o trabalho de Leach em uma vila do Sri Lanka, “Pull Eliya” (1971), onde ele demonstra a preeminência dos laços territoriais sobre os laços de descendência, e também o de Firth, que questiona a superioridade universal dos grupos de descendência (1963). Todavia, podemos nos restringir a dois encaminhamentos principais: aquele dado pela teoria da aliança (Dumont, 1971; Schneider, 1965), que é, em sua grande parte, oriunda das pesquisas efetuadas por Lévi-Strauss, particularmente em *As estruturas elementares do parentesco*, e que gira em torno das trocas matrimoniais - uma dimensão sempre posta em segundo plano no modelo da descendência -, e a crítica que se sustenta na denúncia do caráter mecanicista e estático do modelo, enfatizando o processo político enquanto tal e a busca em retirar a política da esfera dos sistemas e instituições.

Contudo, uma outra apropriação é possível sem que tenhamos que enveredar pela negação absoluta do modelo (como o faz Kuper, para quem este não apresenta valor algum para a análise antropológica [1982: 92]). Cabe desfazer os “sistemas segmentares” em proveito de suas propriedades, aquilo que o termo “segmentaridade” engloba ou evoca. Ao invés de postular que o modelo é abstrato demais, devemos admitir que ele é abstrato de menos. Assim, abre-se uma série de possibilidades.

* * *

Talvez a maneira mais adequada de situar esta discussão seja através da oposição clássica entre o segmentar e o centralizado. Southall (1965: 129) já havia assinalado a existência de Estados segmentares, mas aqui se trata de reconhecer em todo e qualquer Estado, principalmente naqueles classificados como “unitários”, uma segmentaridade que lhe é própria. Como nos dizem Deleuze e Guattari: “Não só o Estado se exerce sobre segmentos que ele mantém ou deixa subsistir, mas possui sua própria segmentaridade e a impõe”. (1995-7, vol. 3: 85). E se seguirmos Clastres na sua consideração de que as “sociedades sem Estado” são na verdade “sociedades contra o Estado” (1974: 132-52), havemos de tomar o tipo de segmentaridade que é próprio a tais sociedades como um mecanismo equivalente àquele da chefia primitiva, que tem por função conjurar o surgimento do poder coercitivo. Se o seu funcionamento é no sentido de inibir o surgimento do Estado, do poder coercitivo, de instituições políticas especializadas, é porque, antes, ela trabalha na direção

de romper com uma segmentaridade, com atualizações segmentares, próprias ao Estado. (Lembremos que para Deleuze e Guattari nunca houve senão um só Estado, proteiforme, presente sempre e em toda parte.)

Tomando a imagem da árvore (recordo que o modelo “clássico” sempre evoca esta imagem, ou a de uma pirâmide) pode-se dizer que o poder se concentra em cada nó de arborescência, em cada ponto de segmentação. Mas para que logo em seguida se dissolva. Mobilidade e fluidez do sistema: inventa-se um novo arranjo genealógico; os códigos e territórios, as linhagens de clãs e territorialidades tribais, nunca se encaixam; os próprios segmentos e seus modos de ajustamento são extremamente flexíveis – apenas definíveis de acordo com as situações, o que impede estabelecer domínios de base ou valores apriorísticos que serviriam de orientação. Como ressalta Gellner: “para funcionar, [o sistema] não deve funcionar muito bem” (apud Favret, 1966: 110).

Todavia, não se trata de opor uma segmentaridade de Estado, dura, à outra flexível, aquela das sociedades primitivas. Ainda que possamos distingui-las, ambas estão presentes tanto num caso como no outro. “Toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra *molecular*” (Deleuze e Guattari 1995-7, vol. 3: 90; grifo do autor). Isto fica claro quando pensamos no mecanismo de conjuração do Estado no interior das sociedades primitivas – este implica a sua antecipação, a presença de núcleos de arborificação. Que é do que se ocupa uma estrutura – de pontos e de posições, de nós de arborescência. Assim, se o modelo estrutural não dá conta das formações morfológicas flexíveis, é porque uma destas dimensões lhe escapa. Não é de todo desprovido de interesse, como assinalaram alguns de seus críticos.

É o que nos permite falar de macropolítica e micropolítica. Novamente, o problema não é o de fazer a partilha entre um aspecto “macro” do social – geralmente referenciado ao aparelho de Estado ou às relações entre Estados – e uma dimensão menor, sempre girando em torno deste. A constituição de uma análise que aponte para uma mecânica do poder, passa pelo reconhecimento de que nas suas malhas mais finas opera algo que não é da mesma natureza do que transita por seus aspectos macroscópicos. Não é uma questão de dimensionamento ou do reconhecimento de um campo institucional próprio a uma ou outra abordagem – mesmo o Estado é atravessado por uma micropolítica, mesmo os pequenos grupos o são por uma macropolítica. Muito menos o de dizer que se trata de abordagens distintas. Macropolítica e micropolítica não podem ser dissociadas porque a diferença qualitativa entre as linhas que denominam não impede sua pressuposição recíproca: organiza-

ção molar, segmentaridade dura, microperceptos, afetos, segmentações finas. Imanência de todos os planos: “Em todos os casos, vê-se que a linha de segmentos (macropolítica) mergulha e se prolonga num fluxo de *quanta* (micropolítica) que não pára de remanejar seus segmentos, de agitá-los (...)” (Deleuze e Guattari 1995-7, vol. 3: 97). Torna-se uma questão puramente estratégica: por onde iniciar a abordagem? Pela via das árvores-raízes, ou das linhas sobrecodificadas de segmentos, ou pelas linhas mutantes de quanta? Uma escolha para cada propósito.

Após esta introdução, passemos a discussão acerca do objeto empírico da pesquisa – o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, tal como ele se exerce no interior das favelas cariocas.

* * *

O tráfico, assim como qualquer atividade que envolve crime, sempre esteve associada aos bandos, aos Estados, às grandes máquinas mundiais – as “grandes companhias”. Os interesses dos cartéis colombianos, assim como, sobretudo, o da indústria de armamentos, influem diretamente sobre tal organização assim como os mecanismos locais de bandos e a apropriação, também local, por parte do Estado daquilo que aparece como “seu fora”, como já disse anteriormente.

Como se naquilo que se individualiza como o tráfico de drogas no Rio de Janeiro existissem três dimensões: a “forma-Estado” (Deleuze e Guattari 1995-7, vol. 3: 24) presente no interior mesmo do tráfico (apesar da denúncia do “sistema” nas letras dos rap’s e no discurso dos presidiários), com sua vigilância, sua relação com o segredo e a lei, sua disciplina, suas hierarquias, suas arborescências; em segundo, algo que se assemelha às “organizações mundiais” capitalistas naquilo em que ultrapassa toda territorialidade em nome do mercado ou dos “negócios”; e, por fim, seus bandos - compondo sua exterioridade, seus fenômenos de multidão. (Não que se trate realmente de coisas distintas, mas estados simultâneos de um mesmo arranjo).

Vamos começar por este último ponto. Parece-me um bom atalho. Há bandos por toda parte, no que se refere ao tráfico. Na tomada de um território – conforme foi o caso da tomada da favela de Vigário Geral por Flávio Negão e Adão narrada pelo jornalista Zuenir Ventura (1995); no surgimento dos Comandos - lembro que, quando do surgimento do Comando Vermelho no presídio da Ilha Grande, recentemente desativado, existiam diversas falanges que recortavam o espaço da prisão – Falange Zona Sul; Falange Coréia; Falange

dos Neutros; Falange Jacaré ou Zona Norte (Amorim, 1995); nas adjacências do “movimento” sendo constantemente capturadas ou banidas pelos traficantes (quadrilhas especializadas em roubo e furto de automóveis, de bancos, seqüestros); no interior mesmo da organização do tráfico, ocupadas em um funcionamento específico – os grupos de soldados que circulam pela favela, em fila pelos becos, ou, particularmente, nos “bondes” – saídas para fazer a guerra em outras favelas, roubar bancos ou carros-forte.

Em suma, bandos que atualizam, ao seu modo, as características de um rizoma: o deslize de seus elementos uns sobre os outros, suas conexões que dissolvem os pontos e posições em favor das linhas, seu furtrar-se às noções de medida, seu “molde” que permite que ele seja rompido em qualquer lugar e volte a se refazer de outro modo. Uma outra igualdade, uma outra hierarquia, assim com uma outra posição para a chefia – sempre arriscar tudo a cada movimento -, e para o indivíduo – permanece só enquanto pertence ao grupo, mantém-se em sua margem enquanto faz parte dele.

Obviamente, não se trata de dizer que um bando é um agregado de moléculas. Já aqui se trata de misturas: o brotar da árvore num rizoma ou do rizoma na axila de um galho.

Como também, conforme foi assinalado acima, não se trata de dizer que o tráfico é uma justaposição de bandos. Ele comporta seu “sistema”, sua forma-Estado. E que de certo modo sempre será pensado como imposição ou empréstimo do modelo de poder ou dominação estatal sobre os bandos. (Já citei anteriormente quanto o próprio reconhecimento do crime organizado depende de uma captura efetuada pelo Estado). Mesmo que seja necessário um desvio: o ato de fundação do Comando Vermelho aponta para o encontro de grupos de assaltantes de bancos com prisioneiros políticos. Um artifício legal, um erro do “sistema” gera a organização! E daí serão sempre ligações localizáveis (linhagens e lineamentos) entre pontos e posições; lógica binária e relações biunívocas: Comando Vermelho, Terceiro Comando; e mais recentemente, Comando Vermelho e Comando Vermelho Jovem (ou 1º CV e 2º CV); Terceiro Comando e Amigos dos Amigos. Gerentes, soldados e vapores. De uma forma ou de outra, nunca se está mais dentro do Estado do que numa prisão (não por estar no seu interior, mas porque é ali que se aprende a interiorizar) local do surgimento dos Comandos, onde são mais fortes, e de onde partem as ordens que organizam o tráfico, sua dinâmica, nas favelas. Mas talvez não seja necessário insistir numa modulação – numa “maneira contínua e perpetuamente variável” de se moldar alguma coisa, do que propriamente num molde? Se há uma tendência da forma-Estado a reproduzir-se idêntica a si mesma é através de suas variações.

A terceira dimensão conjuga todas as “desterritorializações” (o movimento pelo qual se abandona um território) e “reterritorializações (qualquer coisa que se faz valer pelo território) em função dos fluxos de capital que atravessam o tráfico e que ele busca de alguma maneira gerenciar – drogas, armas, homens, dinheiro, etc. Cabendo, por um lado, produzir uma territorialidade que modere ou sirva de freio a desterritorialização implementada pelo capital (se isto não for efetuado, todo o quadro hierárquico necessário ao seu funcionamento se dissolve), e por outro, colocar esses fluxos e essa organização a serviço das “linhas de fuga” (Deleuze e Guattari, 1995-7, vol. 3: 102-3): fugir, ou fazer fugir, ainda hoje é ponto de honra das “organizações”. Cuidando para que estas, aceleradas pelos fluxos do capital, não se transformem em linhas de destruição: drogas demais, armas demais... O que, obviamente, nem sempre funciona.

Todavia, se os bandos se apresentam como concreções que atuam no interior mesmo do tráfico, assim como a forma-Estado, no que se refere aos “comandos” e facções, devemos perceber que tais agenciamentos produzem linhas que são como dobras de um território, por toda superfície da cidade. No que se refere a esta segmentaridade, gostaria de introduzir o assunto indagando qual a sua especificidade.

Em primeiro lugar, trata-se de grupos que se apresentam como blocos territoriais, e onde não existe oposição segmentar que possibilite a articulação de um sistema piramidal, como aquela que é engendrado pelas relações genealógicas, por exemplo. Não existe uma hierarquia de níveis entre o grande “corpo” dos Comandos e as facções locais. Ataque e defesa de territórios são sempre resolvidos mediante a composição e acionamento de alianças eventuais (mesmo que isto implique uma “amizade já antiga”). E já que estamos falando em hierarquia, é necessário situá-la: a própria existência dos Comandos como centros de poder (Deleuze e Guattari 1995-7, vol. 3: 105) e como espaço de negociação permanente determina que possa existir a prevalência de um segmento sobre o outro, de uma facção sobre outra. Contudo, sempre é uma cristalização temporária. Não nos esqueçamos que os centros de poder são igualmente moleculares, e isto implica toda uma micro-textura, uma micro-atividade que irá pôr as estruturas em processo, e adiante produzir uma nova descentralização.

Assim, abre-se uma série de possibilidades. Vou enumerar a título de exemplo algumas delas. Um grupo local quando se torna muito “poderoso”, em armas, homens e no arrecadamento de suas “bocas”, pode fazer circular em torno de si todo um conjunto de alianças. Como um buraco negro. E, no

limite, romper com o Comando no qual ele se inscreve. Ou, ao contrário, pode rachar internamente. Sempre é possível uma aliança lateral entre quadros de sua hierarquia interna com outros grupos. Não é à toa que o traidor é uma figura central (o homem de guerra, tanto desatador quanto perjuro, duas vezes traidor). Os Comandos, por sua vez, utilizam-se de linhas de clivagem interna à própria comunidade para se constituírem no seu interior. Aproveita-se da rivalidade entre grupos locais e impõem seu sobrecódigo. De um modo ou de outro: se o caso de favelas divididas entre estes grandes blocos não é muito comum - na maior parte das vezes o que podemos encontrar são segmentos locais que respondem a uma mesma liderança - no seu exterior sempre poderemos encontrar grupos adversários, geralmente constituído, ou em vias de se constituir, com indivíduos expulsos da favela pelos traficantes que dominam o tráfico na localidade.

Isto nos leva à seguinte constatação: o que está presente aqui é um tipo de segmentaridade que é bastante maleável. O que é um paradoxo, pois se nos remetermos à segmentaridade flexível das sociedades primitivas, veremos que ela atua, ou “não funciona bem”, na direção precisa de dissolver os nós de arborescência, os centros de poder. O que não é o caso aqui. Nenhum dono de morro, em sua consciência, trabalha nesta direção. Aliás, suas motivações caminham em sentido oposto. O que é necessário então para que as coisas por aqui, de igual modo, “não funcionem bem”?

A frase coletada de um informante nos remete ao centro do problema: “os Comandos são mais fortes lá dentro [no interior das prisões] do que aqui fora”. Se alguma analogia é possível, podemos dizer que, assim como as linhas e territorialidades tribais, no caso das sociedades primitivas, nunca se encaixam, aqui, de idêntico modo, o que se passa no interior das prisões e no interior das favelas ajusta-se fragilmente. É isto que confere esta maleabilidade de que falamos, que impede que tanto os Comandos, quanto as facções, tornem-se centros de poder da mesma natureza que o Estado (que organizem a ressonância dos centros de poder), embora se articulem com ele, obrigatoriamente, para absorver sua forma-Estado - não nos esqueçamos que os Comandos nascem no interior das prisões.

Certamente há cortes e alianças segmentares que se produzem no interior das prisões. Mas não equivalem àquelas que se processam nas ruas. No código de fundação do Comando Vermelho consta, como nos diz William da Silva Lima: “morte para quem assaltar ou estuprar companheiros; *incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua*; violência apenas para tentar fugir; luta permanente contra a repressão e os abusos” (1991: 76; grifo meu).

O que coloca a alternativa de que tais incompatibilidades sejam agenciadas de um modo diferente daquele pelo qual se dava até então. Conjuntamente há sempre a possibilidade de que a “representação política” de uma liderança presa deixe de ser reconhecida pelos seus subordinados do “lado de fora”. O que também é o motivo de muitas guerras. Em resumo, o constante deslocamento dos termos no interior de uma série (digamos “favela”) e no interior da outra (“prisão”) e de uma série para outra (elas nunca se espelham), produz a dinâmica linhagista sobre a qual falamos. E no meio, sempre no meio, não para ligar uma série à outra, mas para garantir que elas não se acoplem, os Comandos. (De outro modo: parece-me que o “mau funcionamento”, o encaixe frouxo das linhas, explica-se na medida em que não se trata de uma correlação diferencial entre termos equípolentes – não se trata, em suma, de um sistema classificatório dado *a priori* -, mas de relações que se passam *entre* – relações de contigüidade que irão erigir ou dissolver os nós de arborescência).

A atuação dos Comandos se dá justamente aí: na insistência sobre a “amizade”, em dizer que a aliança não comporta filiação, que é pura conjunção: e... e... e... Neste sentido, se possuem algum espírito de corpo, ou algo que os aproxima de grupos corporados, é no sentido muito vago dos seus símbolos e inscrições, algo que se assemelha a uma palavra de ordem ou enunciação de grupo: “Aí do lado é Terceiro Comando, aqui é Comando Vermelho. Tem que ter a facção. Se falar que aqui não é nada, ele vem para tomar” (Ventura, 1995: 188). Nenhuma hierarquia, propriamente falando, no que se refere às relações intergrupais que se projetam do seu interior. O que pode acontecer é que alguém ou alguma linha se torne densa o suficiente, através das alianças que ele consegue cooptar para “pesar” dentro do campo mais do que as outras. Mas, isto sempre nos remete a um arranjo temporário, como já disse. Ou funda-se um novo Comando (as clivagens seguem um modelo arborescente) ou dissolve-se o nódulo hierárquico. (Lembro que Viriato Japonês, fundador do Comando Vermelho e conhecido como “Marechal do Crime” foi recentemente assassinado no interior de um presídio carioca, juntamente com seu filho e dois acompanhantes por um bando de trinta e oito homens.) *Um espaço homogêneo e indiferenciado que expulsa forma-Estado para toda parte, esquadrinhando a cidade através da desterritorialização das facções locais com seus padrões e hierarquias, seus cargos e funções.* Um reajuste no interior de um Comando ou entre Comandos (no final das contas, num caso como no outro, podemos considerá-los como um espaço único) e um bando se põe em movimento, algo devém em bando; ou uma máquina de guerra se atualiza rebatendo-se sobre os Comandos, arranjando-os. Duplo movimento. O que não implica

simplesmente numa relação de “comando e obediência”, mas nos agenciamentos de uma mesma máquina abstrata: algo trabalha no sentido da afirmação da soberania de Estado, sua lei - a do interior e a do exterior; algo afirma os direitos de sociedades segmentares contra os órgãos de poder do Estado - a lei do Tudo ou Nada. “É como se um espaço liso se destacasse, saísse de um espaço estriado, mas havendo uma correlação entre ambos, um retomando o outro, este atravessando aquele e, no entanto, persistindo uma diferença complexa” (Deleuze e Guattari 1995-7, vol. 5: 183).

* * *

Procurei neste trabalho utilizar as reflexões acerca dos “sistemas segmentares” e, a partir daí, acerca da segmentaridade em si - em especial como ela se encontra na discussão traçada por Deleuze e Guattari - para dar conta do processo, movimento ou organização, como preferir, que o tráfico de drogas no Rio de Janeiro produz ou apresenta. Certamente as conclusões aqui são nitidamente parciais e requerem, futuramente, seu aprofundamento. Todavia, cabe ressaltar que meu posicionamento foi dirigido no sentido de produzir um mapa dos relacionamentos de força, algo que ultrapasse os modelos taxionômicos (ou, em outra parte, as redes sociais) e situe a reflexão antropológica sobre outros eixos.

*Antônio Rafael é doutorando do Museu Nacional/UFRJ
ar@bridge.com.br*

Referências bibliográficas

- AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- BARNES, J. A. “African models in New Guinea Highlands”. In: *Man*, 52: 5-9, 1962.
- BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Cultrix, [197-?].
- BLOK, A. *The mafia of a sicilian village, 1860-1960. A study of violent peasant entrepreneurs*. Illinois: Waveland Press, 1974.
- CLASTRES, Pierre. “A sociedade contra o Estado”. In: *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974, p. 132-52.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Lisboa: Veja, [198-?].
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995-1997.
- DUMONT, Louis. *Introduction à deux theories d'anthropologie sociale: groupes de filiation et alliance de mariage*. The Hague: Mouton, 1971.

- FAVRET, Jeanne. 1966. "La segmentarité au Maghreb". *L'Homme*, 6 (2): 105-111.
- FRIED, M. H. "The classification of corporate unilineal descent groups". In: *Journal of Royal Anthropological Institute*, 87(1): 1-29, 1957.
- FIRTH, R. "Bilateral descent groups: an operational view-point. In: Schapera, I, (ed.). *Studies in kinship and marriage*. Occasional Paper n. 16. London: Royal Anthropological Institute, 1963.
- HEZFELD, Michael. "Segmentation and politics in the European nation-state; making sense of political events". In: Hastrup, Kirsten (ed.). *Other histories*. London: Routledge, 1992, p. 62-81.
- HOBSBAWM, E. J. "Máfia" In: Ianni, F. e Reuss-Ianni, E. (eds.) *The crime society. Organized crime and corruption in America*. New York: New American Library, 1976.
- KUPER, Adam. "Lineage theory: a critical retrospect". *Annual review of anthropology*, 11, 1982.
- _____. *The invention of primitive society: transformations of an illusion*. London: Routledge, 1988.
- LEACH, Edmund. *Pul Eliya*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1949 [1982].
- LIMA, W. S. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. Rio de Janeiro: ISER, 1991.
- MAINE, Henry J. S. *Ancient Law*. London: J. M. Dent & Sons, 1861 [1936].
- MIDDLETON, John e TAIT, David (eds.). *Tribes without rulers*. London: Routledge & Kegan, 1958 [1970].
- MORGAN, Lewis H. *A sociedade primitiva*. Lisboa: Presença, 1887 [1973].
- RAFAEL, Antônio. *Um Abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1998.
- RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- SCHNEIDER, D. M. "Some muddles in the models: or, how he system really works. In: BANTON, M. *The relevance of models for social anthropology*, 1965, p. 25-85.
- SOUTHALL, A. W. *Alur Society: A study in Process and Types of Domination*. Cambridge: Heffler, 1953.
- _____. "A critique of the typology of states and political systems". In: BANTON, Michael P. (ed.) *Political systems and the distribution of power*. London: Routledge, 1965. p. 113-141.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Resumo

A organização do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, através de considerações acerca de sua dinâmica e de seus processos segmentares.

Palavras-chave

Tráfico de drogas, teoria da descendência, segmentaridade.

Resumé

L'Organization du trafic de drogues a Rio de Janeiro, à travers les considerations sur sa dynamique e ses processus segmentaires.

Mots-clés

Trafic de drogues, théorie de la descendance, segmentarité.